

A MATERIALIDADE DO TRABALHO IMATERIAL: UMA ANÁLISE TEÓRICA

Manuela Lowenthal FERREIRA*

RESUMO: O presente artigo busca abordar as discussões acerca das teses desenvolvidas sobre o “Trabalho Imaterial”, categoria que surgiu a partir das transformações no mundo do trabalho, do crescimento dos setores de serviços e produtos que não resultam na produção de bens palpáveis ou quantificáveis. A partir deste contexto, alguns autores passam a tratar estas transformações como sendo uma superação das condições exploratórias e antagônicas provenientes da ordem do capital, assim como a defasagem da teoria do valor-trabalho. Diante disto, será levantada a necessidade da reproblemática conceitual das teorias sobre trabalho e processos de produção de valor, questionando o caráter imaterial desta nova categoria e a sua relação com a reprodução de capital.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho imaterial. Produção de valor. Configurações mundo do trabalho.

A categoria trabalho e suas variantes

As transformações no mundo do trabalho trazem novas exigências e mudanças nas relações entre o trabalhador e o processo de trabalho, assim como novas habilidades voltadas para o conhecimento, interferindo diretamente nas formas de sociabilidade, também como as transformações na interação com o meio social e a própria transformação subjetiva do indivíduo. A partir disto, uma nova categoria de trabalho passou a ser discutida nos meios acadêmicos como sendo uma transformação do modo de produção capitalista, o trabalho que não produz bens palpáveis, considerado “imaterial”. Entretanto, esta aná-

* Mestranda em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - manu_lowe@hotmail.com.

lise envolve diversas questões a serem debatidas no interior da problematização proposta, uma vez que parte da teoria do valor-trabalho e da crítica da economia política desenvolvida por Karl Marx (2008). A crítica estrutural da teoria do valor-trabalho sofreu diversas mudanças a partir dos anos 70, e passou a ser relacionada ao industrialismo, sendo em muitos casos considerada ultrapassada e inutilizada. Porém, a partir dos anos 90, com as transformações no mundo do trabalho, permeado pela “imaterialidade” das novas tecnologias da informação e pelo ramo de prestação de serviços, a teoria do valor trabalho retorna aos debates teóricos demonstrando sua atualidade e aplicabilidade essenciais.

Ricardo Antunes (2002) é um dos autores atuais que mais se atenta à temática em questão, ressaltando que o mundo do trabalho não chegou ao fim, mas passa por um processo de transformação:

Contra a equívoca desconstrução teórica realizada nas últimas décadas, pelos chamados críticos da sociedade do trabalho, nosso grande desafio é compreender a nova morfologia do trabalho, seu caráter multifacetado, polissêmico e polimorfo. Isso nos obriga a desenvolver uma noção ampliada e moderna de classe trabalhadora (que venho chamando, de modo sinônimo, como classe-que-vive-do-trabalho) e que inclui a totalidade daqueles homens e mulheres que vendem sua força de trabalho em troca de salário. (ANTUNES, 2002, p.84).

É nesse sentido que será conduzida a discussão proposta. Para tanto, a realização do debate acerca da validade da categoria “trabalho imaterial”, assim como da reexaminação da teoria do valor-trabalho, é necessário previamente um levantamento teórico sobre o conceito utilizado nos estudos sobre a Sociologia do Trabalho, sendo a categorização da atividade transformadora ainda uma questão crucial e decisiva para as nossas considerações sobre a caracterização do trabalho “imaterial” em relação à variância de significados que envolvem a categoria “trabalho”, assim como a separação entre o trabalho manual e o intelectual. Deste modo, nos propomos a iniciar a discussão com esta questão fundamental e primeira: O que é o trabalho? Para posteriormente compreender um suposto trabalho imaterial/abstrato/improdutivo.

Conforme Lessa (1995):

O ser social, portanto, é um ser que se autoproduz no sentido preciso que tanto as suas determinações mais essenciais, quanto as mais fenomênicas,

são resultados da síntese dos atos humanos concretos, singulares, em tendências históricas concretas, universais. E isto apenas é possível porque, com o ser social, surgiu algo inteiramente novo: uma forma de interação entre o ser vivo e a natureza que é o **trabalho**. É das necessidades e possibilidades postas pela necessidade primeira de toda reprodução social, qual seja, retirar da natureza o indispensável para a reprodução social, que todas as outras categorias sociais surgem e se desenvolvem. Por isso é que, para Marx, o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens e todas as outras categorias sociais são por ele fundadas. (LESSA, 1995, p. 28, grifo do autor).

Nesse sentido, o trabalho, enquanto categoria ontológica, funda o ser social, isto é, funda e fundamenta a vida dos homens em sociedade. Entretanto, segundo nos informa Lessa (1995) com o surgimento da sociedade de classes ocorre um processo de cisão do trabalho em “material” e “intelectual”. Utilizando o conceito baseado na teoria de Marx (2008), essa categoria assume sempre uma forma histórica de trabalho sob algum modo social histórico de produção. No caso do modo de produção capitalista, o trabalho enquanto categoria histórico-universal em sua forma histórico-particular adota outra forma, não mais se realizando pelos seus elementos simples e abstratos, que tornavam o trabalho “condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; e condição natural da vida humana” (MARX, 2008, p. 218). A partir do modo específico do modo de produção histórico capitalista, o trabalho se realiza concretamente enquanto valor-de-troca, e deve necessariamente gerar lucro.

O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para bmedir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho. (MARX, 2008, p.218).

A história humana se consiste na história do desenvolvimento das relações sociais, é a história das sociedades, juntamente com o trabalho humano que é em última instância social, a vida e a morte são tão sociais quanto biológicas. É por via do trabalho que se dá este desenvolvimento, através da objetivação¹ os

¹ Segundo Marx (2008), no livro “O Capital”, o conceito de *Objetivação* trata sobre o momento do trabalho pelo qual a finalidade idealmente posta é convertida em objetividade social. O indivíduo e a sociedade que fizeram um

indivíduos se desenvolvem, utilizando o conhecimento para aprimorar habilidades, satisfazendo as necessidades e possibilidades históricas que não possuíam antes. O trabalho é por si só transformador, não há nenhum ato de trabalho que não transforme o real. Segundo Sérgio Lessa (1995), ser transformador é a característica fundante do trabalho, e por este motivo não se restringe apenas à produção fabril, mas também a atividades humanas que possibilitam a transformação – inclusive intelectual e espiritual – do homem e de seu ambiente. Porém, sob um ponto de vista complementar, o trabalho não se caracteriza apenas como uma atividade transformadora. Deve também produzir algo concreto a partir da relação entre pensamento/consciência e ação para ser definido enquanto *práxis* social.

O trabalho intelectual e o manual (*materiellen und geistigen arbeit*) surgem unidos, e posteriormente, começam a se desenvolver separadamente devido às transformações de técnicas de trabalho. Não há nenhuma atividade que seja possível de ser realizada sem antes existir uma transformação prévia da natureza através das “mãos” que permitissem um trabalho intelectual adequado, para produzir os bens indispensáveis para sua reprodução, portanto, o primeiro é uma atividade ontologicamente dependente do outro. Além disso, é pertinente sempre considerar que o trabalho intelectual não é algo típico da modernidade e do desenvolvimento das forças produtivas, mas que sempre existiu como a preparação para a *práxis* e como um trabalho abstrato no interior de qualquer atividade.

O produto transforma-se, sobretudo, do produto imediato do produtor individual (*unmittelbaren Produkt des individuellen Produzenten*) em social, em produto comum de um trabalho comum (*in das gemeinsame Produkt eines Gesamtarbeiters*), isto é, de um pessoal combinado de trabalho (*kombinierten Arbeitspersonals*), cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho. Com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia-se, portanto, necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador (*Trägers*), o trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador comum (*Gesamtarbeiter*), executando qualquer uma de suas funções. (MARX, 2011, p.105-106).

objeto são capazes de conhecimentos, necessidades e possibilidades históricos que não possuíam antes de tê-lo objetivado.

Em “A Ideologia Alemã” Marx e Engels (2007), afirmam que a divisão do trabalho só ocorreu quando surgiu uma divisão entre trabalho material e trabalho espiritual. Porém, do ponto de vista do capital, não há grandes distinções entre o trabalho intelectual ou espiritual, e do trabalho como intercâmbio com a natureza, pois tudo se resume em um único critério: produtor ou não produtor de mais valia. O debate sobre a caracterização baseada na materialidade ou imaterialidade do trabalho não basta para a total compreensão desta categoria, sendo necessária, principalmente, a distinção entre o trabalho que produz valor e o que não produz.

Considerando isto, diversas outras atividades também se transformam em trabalho, sendo apropriadas pelo processo de valorização do capital e se transformando em mais fontes de mais valia, demonstrando sua enorme capacidade de generalização do capital a todas as esferas sociais. Mas isso não significa o cancelamento do trabalho como intercâmbio orgânico com a natureza como categoria fundante do mundo dos homens. O trabalho está sempre incorporado ao objeto em que atuou e se concretizou. O material ganha nova qualidade, em sua forma de ser, na forma de um produto final que apresenta uma qualidade particular. Esse processo de trabalho descrito por Marx em seus elementos essenciais é sempre uma atividade dirigida ao fim de criar valores-de-uso e de apropriar os subsídios naturais às necessidades humanas; “é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.” (MARX, 2008, p. 218).

De acordo com a teoria do valor, desenvolvida por Marx, o valor de troca é definido como a expressão do valor, na qual é atribuída à mercadoria com base na exploração do trabalho. O valor do trabalho é o tempo de trabalho executado na produção, a força utilizada que é medida pelo tempo gasto no processo. Logo, a teoria do valor-trabalho é em si mesma a teoria da exploração do trabalho. A questão central neste momento é bem clara: qual a validade desta teoria em um contexto onde o trabalho é abstrato e não produz um produto concreto final? Ou melhor: o trabalho que tem como matéria-prima as capacidades cognitivas pode ser analisado pelo mesmo estatuto teórico dos trabalhos que têm como matéria-prima a produção material?

O que nos importa é o processo de trabalho, suas condições de empreendimento, a relação da mercadoria com o consumidor, seu encontro com as relações sociais concretas. Pois, o materialismo histórico não diz respeito apenas à industrialização, mas a todo o processo de criação de valor que abrange diversos setores e formas da sociedade. Trata-se das relações que constituem nossa exis-

tência sob um determinado conjunto de relações sociais. Neste sentido, segundo Sérgio Lessa (1995), se o trabalho produz algo que tem a sua existência fora da subjetividade que o criou - e só assim pode ser trocado entre indivíduos pela mediação do mercado - não há como negar que esse objeto possui uma materialidade. Portanto, para este autor, a imaterialidade do trabalho é extremamente questionável.

As novas mercadorias a serem vendidas se vinculam as ideias, prestação de serviços simbólicos e analíticos, envolvendo resolução de problemas, marketing, informática, religião ou envolvendo trabalhos afetivos e relacionados à área da saúde ou conforto espiritual. A mercadoria não vende mais seu valor de uso, mas o mundo em que está vinculada, como sua forma de vida e consciência, ou seja, esta nova forma de trabalho reproduz ideologias. Considerando o modo de produção capitalista como a dinâmica que fomenta e cria especificidades próprias do seu modelo, que visam sempre o lucro, novos problemas são reinventados e se convertem em novidades para movimentar o mercado e estimular o consumo, tornando a própria vida social matéria-prima para promover a circulação e a reprodução de capital. A imensurabilidade funciona como mais uma fonte de um novo processo de valorização, considerado como um “monopólio do capital conhecimento” (GORZ, 2005).

O novo sentido do trabalho traz a necessidade de reexaminação de alguns conceitos. É de extrema necessidade uma nova análise, assim como uma problematização do trabalho que é tão importante quanto os possíveis resultados que isto pode acarretar para a sociedade.

A discussão sobre o trabalho “imaterial”

A definição mais precisa de trabalho imaterial está em “Le ‘cycle’ de la production immatérielle”, de Maurício Lazzarato e Antonio Negri (2001), na qual o autor descreve o processo cujo produto ideológico torna-se sempre uma mercadoria, não havendo distinção entre valor de troca e valor de uso, e nem fetichismo da mercadoria. Este trabalho inclui a produção e reprodução da comunicação e, portanto, seu conteúdo mais importante: a subjetividade. Segundo o autor, a atividade estética é central, e não mais o intercâmbio homem-natureza. Esta é a primeira conceituação de trabalho imaterial. Os principais autores que tratam da questão do trabalho imaterial e o definem como tal são Lazzarato e Negri (2001), Hardt e Negri (2001) e André Gorz (2005).

Para Lazzarato, Negri e Hardt (2001), o trabalho imaterial é a práxis da “nova subjetividade”, na qual emerge quando o capital se universaliza a toda sociedade, tudo se torna fonte de lucro e as etapas do processo de produção se misturam. Esses autores constroem a teoria do trabalho imaterial baseados na afirmação de que o fundamento teórico sobre o conceito de produtivo e improdutivo pautado na teoria do valor de Marx não pode mais ser aplicado no século XXI, sendo já superado sob os efeitos da reestruturação produtiva. Pois, com a “hegemonia” do novo processo de valorização, o consumo e a circulação seriam do mesmo modo “produtivos”. É o que chamam de “Fábrica Social”, onde todas as relações sociais são igualmente produtivas.

A categorização do trabalho que não produz bens palpáveis surgiu devido às transformações do mundo do trabalho sob a reestruturação produtiva na qual trouxe a necessidade de uma reformulação da teoria do trabalho. Dentro desta reflexão sobre o trabalho imaterial, alguns teóricos consideram que as transformações do capital, em específico aos processos de trabalho, estão relacionadas com a superação das condições exploratórias, considerando que a subjetividade e o conhecimento produzidos são agora elemento central.

O surgimento de novas exigências e transformações nas relações entre o trabalhador e o processo de trabalho, assim como as mudanças nas habilidades voltadas para o conhecimento e a criatividade, resultaram em formas diferentes de sociabilidade que inovaram os debates acerca da materialidade do trabalho. Diante desta produção “imaterial”, surge uma nova categoria, a de “prestadores de serviço”. Essa categoria foi englobada no conjunto de atividades que não resultam na produção de bens palpáveis ou quantificáveis, mas na elaboração de saberes, culturas, comunicação, conhecimento ou ideologias, e é o que esses autores acima citados conceituam de “trabalho imaterial”. Também é transformada a interação com o meio social, assim como sua própria transformação. No entanto, essas transformações não representam a superação das condições desiguais e das relações antagônicas, como afirmam alguns teóricos do tema, mas ao contrário: tendem a se tornar continuidades que permitem a manutenção das formas de valorização do capital, pois continuam retirando o valor excedente do trabalho.

Segundo Hardt e Negri (2001), a categoria “trabalho imaterial” pode ser composta pela produção no campo de “serviços simbólicos-analíticos”, na qual envolve a resolução de problemas e atividades estratégicas de intermediação”, ou seja, serviços oferecidos que dizem respeito à vida pessoal e individual, como por exemplo terapias. Assim, inclui também questões afetivas, serviços de saúde, indústria do entretenimento e até mesmo a religião, sendo estes considerados

imateriais, pois “mesmo quando físicos e afetivos, no sentido de que seus produtos são intangíveis, produzem conforto, bem-estar, satisfação, excitação ou paixão” (HARDT; NEGRI, 2001, p.105). Ou seja, produzem sensações e emoções. Seguindo a mesma linha de raciocínio, afirma André Gorz:

O saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto – organização e de comunicação. Em outras palavras, formas de um saber vivo, adquirido no trânsito cotidiano, que pertence à cultura cotidiana. O modo como empregadores incorporam esse saber não pode ser nem predeterminado, nem ditado. (GORZ, 2005, p.9).

Tanto os teóricos que defendem que o trabalho imaterial é uma ruptura das relações contraditórias, quanto os teóricos que acreditam que esta nova categoria é um redimensionamento das formas históricas de valorização do capital concordam entre si que há de fato transformações no mundo do trabalho, e que novas exigências e necessidades surgem em um movimento de metamorfose das atividades produtivas, a diferença se faz na forma como lidam com essa questão. De um modo geral, entenda-se por trabalho imaterial o conjunto de atividades corporais, intelectuais, criativas, afetivas e comunicativas, inerente à produção. Deste tipo de atividade, também resultam produtos intangíveis, como sentimentos de confiança, segurança e conforto aos “consumidores”, em uma nova relação produto-consumo. Isso exige que o trabalhador se reorganize. Há, portanto, uma mudança de fato, porém, a estrutura do processo de trabalho permanece a mesma. Por este motivo, há diversas controvérsias apontadas nesta teoria, como discutiremos a seguir.

Os autores do trabalho imaterial recorrem à teoria do tempo e valor de Marx, e se fundamentam afirmando que a exploração acaba no momento que é rompido o tempo de trabalho: na produção imaterial o tempo de trabalho não é exatamente demarcado, mas isso não significa necessariamente que há menos mão de obra envolvida, como é considerado na teoria do trabalho imaterial. Não sendo o tempo mais unidade de medida do trabalho, a exploração também se extinguiria, segundo esses autores. O equívoco teórico considerado aqui é o fato de desconsiderarem que é através da exploração do trabalho humano que o capital se estabelece como modo de produção. Suas análises consideram apenas a produção entre sujeitos e a reprodução da vida, de forma meramente abstrata, não considerando as circunstâncias históricas, sociais e materiais dadas. A questão principal aqui colocada é, portanto, que este posicionamento teórico

recai na afirmação de que com a “hegemonia” do novo processo de valorização, o consumo e a circulação seriam igualmente produtivos.

Seguindo tal lógica, as classes sociais seriam anuladas e as unidades produtivas se generalizariam a todo complexo social. Sendo assim, a produção poderia ser levada ao seu extremo, pois não haveria nada que não fosse produtivo. Neste sentido, o trabalho imaterial passa a ser o elemento que mantém constantemente produtivo todos os indivíduos e todas as atividades, promovendo a continuidade das condições exploratórias do modo de produção. Não seria uma ruptura, mas uma continuidade.

Embora esta seja uma questão atual que permeia as discussões teóricas baseadas no mundo empírico do mercado de trabalho a partir das transformações recorrentes, o debate sobre a imaterialidade do trabalho não é tão recente assim. Isto mostra que sempre houve um trabalho que não produzia bens palpáveis, e isto não representou uma transformação que rompesse com a lógica da exploração da mão de obra. Nos “Manuscritos Filosóficos de 1844” (2002), “A ideologia Alemã” (2007), “Grundrisse” (2011) e em “O Capital” (2008), Marx já fazia referência a um trabalho intelectual ou espiritual, na qual foi essencial para a elaboração da crítica ao capital. No cap. XIV do livro “O Capital”, denominado “Mais Valia absoluta e relativa”:

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na aproximação individual dos objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo [...] O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle do seu próprio cérebro. Como no sistema natural, cabeça e mãos estão interligadas, o processo de trabalho une o trabalho cerebral com o trabalho das mãos. (MARX, 2008, p. 211).

Neste sentido, o trabalho abstrato é uma forma histórica do trabalho sob o capitalismo, enquanto categoria histórico-universal, em sua forma “histórico particular” de trabalho concreto. O trabalho, enquanto intercâmbio com a natureza é tão real quanto a forma histórica mais específica do trabalho convertido em mercadoria pelo capital, ou seja, este trabalho tido como abstrato também é real, e de alguma forma material por conta do estranhamento que gera entre o processo de trabalho e o trabalhador. No trabalho abstrato o valor é incorporado à mercadoria. Toda mercadoria é: 1) trabalho concreto (ou seja, o ato concreto de

trabalho que a produz), e 2) trabalho abstrato (ou seja, a quantidade de trabalho socialmente necessário que produz valor de troca).

O desenvolvimento das forças produtivas significa, em linhas gerais, a diminuição da necessidade do trabalho como intercâmbio com a natureza. O que permite, também, que cada vez mais energia humana seja voltada para outras atividades, desenvolvendo outras maneiras de reprodução da vida. Como por exemplo, podemos considerar a comercialização de formas específicas de relação com o mundo, como a comercialização do sagrado, sua instrumentalização e a religião como serviço. A fé se constitui em algo imensurável fisicamente, porém, as igrejas se tornaram tão parte de um mercado imerso na ideologia produtivista que converteu o próprio sentimento religioso em moeda de troca, contribuindo para a estrutura de produção de mais-valia, de lucro e de expansão de capital, se adaptando à historicidade da formação social, assim como ao desenvolvimento das forças produtivas que sintetizam as relações de produção de cada formação social. Isso ocorre com diversas atividades que são apropriadas pelo processo de valorização do capital.

Nos estudos sobre o tema, são investigados os mecanismos de superação do modelo fordista, e as formas desiguais desta “superação”, considerando que as contradições são inerentes aos mecanismos de permanência do modo de produção capitalista, as rupturas e as continuidades contribuem para a manutenção das formas de valorização do capital. Segundo André Gorz, o trabalho imaterial pode ser considerado como um redimensionamento da forma histórica dessa valorização e reprodução do capital. Isto submete elementos cognitivos na restrita dinâmica da cadeia produtiva, é a subsunção da vida ao capital. O trabalho imaterial viabiliza uma continuidade do processo de valorização do capital e do trabalho como realizador de valorização, incluindo em sua dinâmica cada vez mais dimensões da sociedade. Neste caso, o trabalho imaterial é caracterizado como um trabalho que expressa diferentes quantidades de valores de troca e mercadorias.

Vale reforçar mais uma vez que materialidade não consiste no caráter tangível das coisas, mas nas relações que são construídas sob um determinado conjunto de relações sociais. Em geral, a materialidade ou imaterialidade do trabalho está associada à troca entre mercadorias, mas não com o conteúdo do trabalho, ou seja, o que nos importa é o processo a que este trabalho está imerso. Sérgio Lessa questiona: se o trabalho produz algo que tem existência fora da subjetividade que o criou e assim pode ser trocado entre indivíduos através do mercado, é inegável que esse objeto possui uma materialidade portadora de

utilidade, principalmente se tratando de uma reprodução social e ideológica que apresenta objetivação diretamente material na vida dos indivíduos.

Como as ideias não possuem massa nem são energia (como o magnetismo ou a gravidade), não lhes resta senão o absurdo de afirmarem como “imaterial” a ideologia. Perdem, assim, a possibilidade de reconhecer a ideologia como uma categoria objetiva do mundo dos homens, como um complexo social que exerce força material na reprodução social. (LESSA, 1995, p. 12).

Sergio Lessa afirma que o trabalho imaterial é material. Segundo este autor, se o trabalho for imaterial, ele deve necessariamente resultar em produto imaterial. Algo imaterial seria, a rigor, algo inexistente, portanto se o trabalho imaterial produzisse algo imaterial, ele seria inexistente. Dessa forma, se restringiria a materialidade do objeto à mera “coisalidade” do mundo natural, desconhecendo a materialidade específica do mundo dos homens no interior da qual as ideias possuem grande força objetiva. É de extrema importância identificar as ideias como forças materiais na construção e desenvolvimento social. O trabalho “imaterial” torna-se produtivo, pois transforma o consumidor naquilo que diz respeito a seu modo de vida, e a partir disto passa a ter papel central na reprodução da ideologia dominante.

Trabalho Improdutivo e Trabalho Produtivo

Para tratar sobre a teoria do trabalho imaterial e sobre as transformações do mundo do trabalho, é necessário discutir sobre o trabalho que produz valor e o que não produz valor, desconstruindo teoricamente a hipótese de que o trabalho que não produz bens materiais tende a superar as formas exploratórias e estranhadas do processo de trabalho. Nos estudos sobre o tema, são analisados os mecanismos de superação do modelo fordista, e por outro lado, as formas desiguais desta “superação”, sendo consideradas as contradições inerentes aos mecanismos do capital, rupturas e continuidades que tendem a manter as formas de valorização do capital. Nesse sentido, outros setores passam a crescer, todos se tornam setores econômicos, alguns já o eram e outros não. Passam a funcionar como mecanismos de reprodução do capital ou como um novo meio de valorização do capital.

O setor de serviços e das atividades preparatórias passa a se expandir, gerando um questionamento no meio acadêmico em relação à centralidade do trabalho, transferindo a atenção à produção e ao consumo. Essas atividades vão sendo apropriadas pelo processo de valorização do capital, convertendo em mais fonte de mais valia. É em torno disto que se dá o debate sobre o trabalho produtivo e improdutivo, que envolve o trabalho imaterial. Para exemplificar o que seria um serviço resultante de um trabalho não material, Marx afirma: “A utilidade particular deste serviço não modifica em nada a relação econômica; esta não é uma relação dentro da qual eu transformo dinheiro em capital, ou que aquele autor do serviço, o professor, me transforme em seu capitalista, seu patrão” (MARX, 1968, p. 110).

Em linhas gerais, o trabalho produtivo é aquele que gera mais-valia, e o improdutivo o que não gera. Porém, nem toda a produção de mais-valia produz o conteúdo material da riqueza. Para Henrique Amorim (2009), seguindo isto, a questão primordial se volta à produção ou não produção de valor.

Do ponto de vista somente do processo de trabalho, é produtivo aquele trabalho que realiza um produto. Já do ponto de vista do processo de produção (processo de trabalho + processo de valorização), é produtivo somente o trabalho que cria mais-valia, que valoriza diretamente o capital – aquele capital que é constituído como parte não paga do trabalho explorado, isto é, sobretrabalho. É produtivo aquele trabalho que serve como instrumento direto ao capital para sua autovalorização. No processo de subordinação real do trabalho ao capital, ou seja, no processo de produção especificamente capitalista, o agente individual não é o centro da produção, mas sim um trabalho socialmente combinado. (AMORIM, 2009, p. 54).

A distinção entre a mercadoria em forma de bens materiais, ou a mercadoria em sua forma abstrata, ou o trabalho enquanto atividade ou serviço não é o que importa para o capitalista, mas sim se produz lucro para o capital, se é possível extrair mais-valia. A função específica do trabalhador é somente uma representação objetiva que o vincula ao trabalhador coletivo, ou ao processo de produção de valor como um todo. Nesse processo há uma transformação direta da mais-valia em capital, e antes disto uma transformação direta da mais-valia, caracterizando dessa forma uma atividade produtiva para o capital.

Porém, um trabalho improdutivo pode adquirir outra forma ao se inserir na cadeia de produção e no processo de reprodução do capital. Não basta identificar se o resultado de uma atividade é produtivo em si, pois ela recebe um resultado somente quando imersa nas relações sociais de produção historicamente determinadas. É necessário compreender como o trabalho imaterial se insere na cadeia produtiva como um todo e que função apresenta na acumulação de capital. Por isso, não há como estudar o trabalho imaterial sem considerar que: “A distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é importante em relação à acumulação, uma vez que somente a troca contra o trabalho produtivo é uma das condições da reconversão da mais valia em capital” (MARX, 1968, p. 398).

A relação, portanto, não depende da fisicidade da mercadoria produzida, mas da maneira como foi produzida e sua possibilidade de conversão em moeda de troca, mas principalmente sua produção de valor. A materialidade das relações sociais estabelece relação com a “coisalidade” do mundo. São atividades que mesmo não produzindo diretamente mais valia, contribuem com a reprodução expandida do capital, em suas mais variáveis formas de trabalho. Marx indica que para o capitalismo: “Seu objetivo é diretamente o valor, não o valor de uso” (MARX, 2008, p.231). Dentro do regime de troca, tudo o que puder produzir valor é utilizado. Assim, elementos como o próprio sentimento de religiosidade, de frustração, decepção, esperança, cuja origem é em sua maioria de caráter social são utilizados para a arrecadação de capital.

Uma análise supérflua das condições históricas poderia afirmar a concepção materialista de que a matéria é apenas a pedra, o objeto palpável, o concreto. Desprezando-se, nesse sentido, o fato de que as relações sociais e os complexos ideológicos exercem força de determinação e ação sobre a evolução e o desenvolvimento material dos homens. O vínculo ontológico mais geral entre a ideia e o desenvolvimento material das sociedades, é o trabalho, como forma originária do ser social, envolvendo todas as atividades humanas. É através da objetivação que materializamos a ideia, é o momento do trabalho pelo qual a finalidade idealizada é convertida em objetividade social. Ainda que o capital possa incorporar relações sociais ao seu processo de valorização e, neste sentido, possa converter em produtivos trabalhos antes improdutivos, não significa o cancelamento da relação ontológica entre o trabalho produtivo e improdutivo. O trabalho é sempre necessariamente social.

Para Marx, o trabalho produtivo é a base para o ciclo vital do modo de produção capitalista, por isto, segundo Marx: “O processo capitalista de pro-

dução não é meramente produção de mercadorias. É um processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios para sugar trabalho não pago” (MARX, 2008, p.115). Neste sentido, os conceitos de trabalho manual e trabalho intelectual, ou sobre trabalho produtivo e trabalho improdutivo devem ser detalhadamente analisados com base na relação entre valor de uso e valor de troca, trabalho concreto e abstrato. Neste caso, o trabalhador abstrato é caracterizado como trabalhador que expressa distintas quantidades de valores de troca e mercadorias, porém, a questão da materialidade do trabalho está mais ligada à especificidade da produção capitalista, pois a rigor não há diferença conceitual entre as duas produções.

Tanto os trabalhos improdutivos como os trabalhos produtivos participam efetivamente da reprodução das relações capitalistas, embora com funções diferentes na realização da mais-valia como capital. No entanto, o trabalho imaterial não é o centro da produção excedente, que é elemento central do modo de produção, exatamente por ser a realização e a consumação da renda gerada. Nesse sentido, o trabalho imaterial estabelece uma relação próxima ao trabalho produtivo, pois o trabalho improdutivo: “Não produz valor nem excedente, e, por conseguinte aumenta não como causa, mas muito pelo contrário, como consequência da expansão do valor excedente” (BRAVERMAN, 1981, p. 357).

Nesse sentido, o trabalho produtivo ou improdutivo só pode ser apreendido na totalidade de suas implicações quando relacionada à sua função social e à relação que mantém com a forma de produção e reprodução mediada pela valorização do capital, uma vez que se encontra dominante em todas as esferas da sociedade. Um movimento contínuo de adaptação às novas circunstâncias históricas tem gerado a necessidade do capital se readequar às regras da competição dos novos mercados. Ou seja, nenhum trabalho, independente de seu processo, pode ser examinado sem antes situá-lo no contexto da formação social.

O conceito de trabalho produtivo (por conseguinte, de seu contrário, o trabalho improdutivo) repousa sobre o fato que a produção do capital é produção de mais-valia, e que o trabalho que ele emprega é o trabalho produtor de mais valia. (MARX, 1968, p. 399).

Portanto, o trabalho que não produz bens materiais não pode assumir um caráter produtivo ou improdutivo, sem antes ser identificada a função e a forma social deste trabalho, e sua produção e reprodução ideológica. A complexidade

das novas atividades e funções que permeiam a esfera da produção e circulação torna o estudo do trabalho mais amplo, porém, mais do que nunca essencial, em suas mais diversas formas.

Considerações Finais

A partir da pesquisa teórica acerca do assunto, alguns autores consideram o próprio trabalho imaterial como material, por sua objetivação indiretamente material em relação à atividade executada. De alguma forma, a atividade abstrata se materializa nas relações a que se objetiva. De acordo com esta linha de raciocínio, o trabalho imaterial se torna material considerando a força física que as ideologias produzem, interferindo diretamente na história e na construção social. Todo processo de objetivação cria uma nova circunstância sócio-histórica, por este motivo a história humana sempre é passível de transformação. Ou seja, as ideias ocupam espaço determinante no desenvolvimento das sociedades, e apresentam força material ao se realizarem em ações, e é o trabalho enquanto *práxis* social.

O que de fato é importante e definitivo para o caráter econômico de um produto é a relação estabelecida com o processo de produção de capital, da troca de mercadorias, e não a utilidade ou materialidade deste serviço. O debate passa a se voltar, portanto, ao caráter produtivo ou improdutivo dos produtos, sendo insuficiente a caracterização pautada somente na materialidade do trabalho. O que define um trabalho como produtivo ou improdutivo é, de um modo geral, sua inserção na cadeia produtiva do capital como um todo e no processo de valorização do capital.

Mas um trabalho não material pode adquirir outra forma ao entrar na cadeia de produção de mercadorias e reprodução do capital. Não basta identificar a produtividade em si, pois ela pode tomar outra forma quando inserida nas relações sociais de produção historicamente determinadas. É necessário, portanto, considerar qual a função que este trabalho adquire no interior da acumulação do capital, examinando sua forma social e sua produção e reprodução ideológica, uma vez que a valorização do capital pode ser mediada por diversas formas.

Portanto, o debate sobre a imaterialidade do trabalho não se restringe apenas a mera interpretação das novas formas do modo de produção de mercadorias. Envolve também concepções políticas e sociais, na qual a essência é a proposição de um determinado “sistema” compatível com o mercado, com o capital, com a propriedade privada e com as formas de dominação. Por este

motivo, o debate acerca da imaterialidade do trabalho se torna essencial e deve ser questionado em seus detalhes, baseado na teoria do valor-trabalho, que cada vez se mostra mais atual.

O que se pretende com tal análise teórica não é uma discussão abstrata entre teorias, conceitos e categorias formuladas, mas o presente artigo se fundamenta com o intuito de se contrapor às teses sobre o fim do trabalho, buscando para isso aparato conceitual que nos ajude a compreender a nova morfologia do mundo do trabalho, seu caráter multifacetado e as formas de produção e reprodução do sistema, assim como as teorias que legitimam esta ordem, mostrando dessa forma que o fato de um trabalho não apresentar um produto final, ou de apresentar especificidades de um serviço ou uma atividade improdutiva não retira seu caráter de trabalho vital.

Considerando que essa nova morfologia do trabalho apresenta uma nova classe trabalhadora que envolve também os trabalhadores improdutivos, aqueles na qual sua mão de obra é utilizada como serviço, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo no processo de valorização do capital. Esta noção ampliada nos parece fundamental para a compreensão do que é o trabalho no capitalismo contemporâneo.

THE MATERIALITY OF THE IMMATERIAL WORK: A THEORETICAL ANALYSIS

ABSTRACT: *This article seeks to address the discussions about the thesis developed on the “Immaterial Labor,” a category that emerged from the changes in the working world, the growth of service and products industry that does not result in the production of tangible or quantifiable goods. From this context, some authors begin to deal with these changes as overcoming the antagonistic and exploitative conditions from the rule of capital, as well as the lag of the labor theory of value. Given this, the need of a conceptual re-questioning of the theories about work and production value processes will be raised, enquiring the immaterial character of this new category and its relation to the reproduction of capital.*

KEYWORDS: *Immaterial labor. Value production. Reproduction of capital.*

REFERÊNCIAS

- AMORIM, H. **Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2009.
- ANTUNES, R.. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 2002.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LESSA, S. **Sociabilidade e individuação: a categoria da reprodução na ontologia de Lukács**. M. [S.l.]: Edufal, 1995.
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **O capital**. v.1. São Paulo: Nova Cultural, 2008.
- _____. **Sobre a crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Martin Claret, 1968.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

